



# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

ESTADO DA PARAÍBA



JOÃO PESSOA, PB

PROJETO DE <sup>Lei</sup> Nº 122/94

## Distribuição

REGISTRADO EM 24.08.94

CONSTOU NO EXEQUENTE:

24/08/94

O DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS QUINTANS - Autoriza o Executivo Estadual proceder renegociação das dívidas de crédito rural administradas pelo PARAIBAN - BANCO DO ESTADO DA PARAÍBA.

ENC. À ASS. TÉCNICA EM:

24/08/94

DECISÃO DO MEMBRO:

/ /

PUBLICADO NO D.O.U.

/ /



ESTADO DA PARAÍBA

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

AO EXPEDIENTE DO DIA

CASA DE EPITÁCIO PESSOA

25 de 02 de 1994

Em 24 de 02 de 1994

PROJETO DE LEI Nº 122/94

Presidente

**AUTORIZA O EXECUTIVO ESTADUAL PROCEDER  
RENEGOCIAÇÃO DAS DÍVIDAS DE CRÉDITO RURAL  
ADMINISTRADAS PELO PARAIBAN - BANCO DO  
ESTADO DA PARAÍBA.**

Assessoria ao Plenário

Constatou no Expediente

Em 24/02/94

Antônio Roberto Lemos

Diretor da Ass. ao Plenário

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

artigo 1º - Fica autorizado o Executivo Estadual a proceder renegociação das dívidas de crédito rural, administradas pelo PARAIBAN, vencidas até 31.12.92, com recursos oriundos do Tesouro Estadual enquadradas dentro da exigibilidade do Conselho Monetário Nacional. Levar-se-ão em conta:

§ 1º - A fixação de taxas de juros aos níveis das operações com recursos do Tesouro Estadual, atualmente de 6%, 9% e 12,5% a.a. prevalecerão a partir da publicação desta Lei.

§ 2º - Para fins de apuração do montante a ser renegociado, incidirão, a partir do vencimento, juros de 1% a.m. mais índice de atualização, ficando pois excluídos encargos de mora, multa e taxa de inadimplência, esclarecendo que em se tratando de honorários advocatícios cada parte assume as suas despesas.

§ 3º - Fica estabelecido os seguintes prazos:

a) até 10 anos, com 2 de carência, para mini e pequenos produtores;

b) nos demais casos, de acordo com a capacidade de pagamento admitido o rebate de 30% superávit para preservar a capacidade de produção.

§ 4º - A parcela decorrente descasamento verificado em abril/90 (índice de correção do preço mínimo e o aplicado) nos financiamentos rurais terá sua exigibilidade suspensa até 15.12.94, mediante inserção de cláusula específica no contrato, lapso de tempo em que o Conselho Monetário Nacional baixará normas específicas que versará sobre o assunto.

*Antônio Roberto Lemos*



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
**CASA DE EPITÁCIO PESSOA**



artigo 2º - Caberá ao Poder Executivo a regulamentação desta Lei, num prazo de 60 dias.

artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Assembleia Legislativa, 22 de agosto de 1994.

  
**FRANCISCO DE ASSIS QUINTANS**  
Deputado Estadual - PP



# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

ESTADO DA PARAÍBA



JOÃO PESSOA

## Distribuição

PROJETO DE <sup>Lei</sup> Nº 122/94

PROJETO DE LEI Nº 2º

CONTEÚDO NO ANEXO

DO DEPENDENTE PARAFISCADO DO ASSIN. QUINTANS - Anterior e atual  
cultivo Estadual, procedendo remanejamento das divisões do en-  
dito rural administradas pelo PARAFISCADO - RANCO DO TOTAL-  
DO DA PARAÍBA.

24,08

PROJ. À ASS. GERAL

24,08

PROJ. DE LEI Nº 1º

PROJ. DE LEI Nº 2º



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
**CASA DE EPITÁCIO PESSOA**



**JUSTIFICATIVA**


A renegociação das dívidas de crédito rural originalmente vencidas até 31.12.92, independente da origem dos recursos, foram indexadas aos índices da correção monetária, que elevaram-se substancialmente acima dos preços mínimos estabelecido pelo Governo Federal.

Tal medida impossibilitou milhões de agricultores do Brasil e particularmente do Estado da Paraíba de honrar seus compromissos junto aos bancos oficiais de crédito.

Afora que às sucessivas secas ocorridas no Estado, enfraqueceram a economia do setor primário de tal forma, que o agricultor paraibano encontra-se totalmene descapitalizado.

Isto posto, estamos cientes de que o presente Projeto de Lei será aprovado pelos nobres Deputados, afim de que seja levado à sanção do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Paraíba, para daí, se fazer cumprir a Lei.

Plenário da Assembleia Legislativa, 23 de agosto de 1994.

  
**FRANCISCO DE ASSIS QUINTANS**  
Deputado Estadual - PP



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
**CASA DE EPITÁCIO PESSOA**




artigo 2º - Caberá ao Poder Executivo a regulamentação desta Lei, num prazo de 60 dias.

artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Assembleia Legislativa, 22 de agosto de 1994.

  
**FRANCISCO DE ASSIS QUINTANS**  
Deputado Estadual - PP



ESTADO DA PARAÍBA  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

CASA DE EPITÁCIO PESSOA

EXPEDIENTE DO DIA

de 19\_\_  
de 19\_\_

Presidente

AUTORIZA O EXECUTIVO ESTADUAL PROCEDER  
RENEGOCIAÇÃO DAS DÍVIDAS DE CRÉDITO RURAL  
ADMINISTRADAS PELO PARAIBAN - BANCO DO  
ESTADO DA PARAÍBA.

Assessoria ao Plenário  
Constatou no Expediente

Em 24/10/94  
Antônio Roberto Lemos  
Diretor da Ass. ao Plenário

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

artigo 1º - Fica autorizado o Executivo Estadual a proceder renegociação das dívidas de crédito rural, administradas pelo PARAIBAN, vencidas até 31.12.92, com recursos oriundos do Tesouro Estadual enquadradas dentro da exigibilidade do Conselho Monetário Nacional. Levar-se-ão em conta:

§ 1º - A fixação de taxas de juros aos níveis das operações com recursos do Tesouro Estadual, atualmente de 6%, 9% e 12,5% a.a. prevalecerão a partir da publicação desta Lei.

§ 2º - Para fins de apuração do montante a ser renegociado, incidirão, a partir do vencimento, juros de 1% a.m. mais índice de atualização, ficando pois excluídos encargos de mora, multa e taxa de inadimplência, esclarecendo que em se tratando de honorários advocatícios cada parte assume as suas despesas.

§ 3º - Fica estabelecido os seguintes prazos:

a) até 10 anos, com 2 de carência, para mini e pequenos produtores;

b) nos demais casos, de acordo com a capacidade de pagamento admitido o rebate de 30% superávit para preservar a capacidade de produção.

§ 4º - A parcela decorrente descasamento verificado em abril/90 (índice de correção do preço mínimo e o aplicado) nos financiamentos rurais terá sua exigibilidade suspensa até 15.12.94, mediante inserção de cláusula específica no contrato, lapso de tempo em que o Conselho Monetário Nacional baixará normas específicas que versará sobre o assunto.

*Antônio Roberto Lemos*



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
**CASA DE EPITÁCIO PESSOA**



**JUSTIFICATIVA**

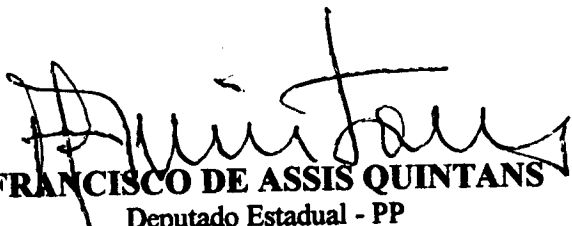
A renegociação das dívidas de crédito rural originalmente vencidas até 31.12.92, independente da origem dos recursos, foram indexadas aos índices da correção monetária, que elevaram-se substancialmente acima dos preços mínimos estabelecido pelo Governo Federal.

Tal medida impossibilitou milhões de agricultores do Brasil e particularmente do Estado da Paraíba de honrar seus compromissos junto aos bancos oficiais de crédito.

Afora que às sucessivas secas ocorridas no Estado, enfraqueceram a economia do setor primário de tal forma, que o agricultor paraibano encontra-se totalmene descapitalizado.

Isto posto, estamos cientes de que o presente Projeto de Lei será aprovado pelos nobres Deputados, afim de que seja levado à sanção do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Paraíba, para daí, se fazer cumprir a Lei.

Plenário da Assembléia Legislativa, 23 de agosto de 1994.

  
**FRANCISCO DE ASSIS QUINTANS**  
Deputado Estadual - PP

  
ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
CASA DE EPITÁCIO PESSOA

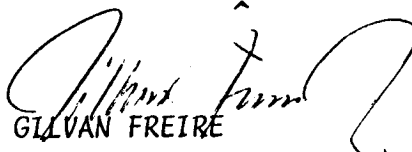
Ofício nº 1091

João Pessoa, 21 de dezembro de 1994.

Senhor Governador

Encaminho a Vossa Excelência o autógrafo do Projeto de Lei nº 122/94 de autoria do nobre Deputado Francisco de Assis Quintans, que Autoriza o Poder Executivo Estadual proceder renegociação das dívidas de crédito rural administradas pelo PARAIBAN - Banco do Estado da Paraíba.

Atenciosamente,

  
GILVAN FREIRE  
Presidente

Ao Senhor CICERO LUCENA FILHO  
GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA  
NESTA



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
CASA DE EPITÁCIO PESSOA

AUTÓGRAFO Nº 172

PROJETO DE LEI Nº 122/94

AUTORIZA O EXECUTIVO ESTADUAL PRO-  
CER RENEGOCIAÇÃO DAS DÍVIDAS DE  
CRÉDITO RURAL ADMINISTRADAS PELO  
PARAIBAN - BANCO DO ESTADO DA PA-  
RAÍBA,

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o Executivo Estadual a proceder re-  
negociação das dívidas de crédito rural, administradas pelo PARAIBAN,  
vencidas até 31.12.92, com recursos oriundos do Tesouro Estadual en-  
quadradas dentro da exigibilidade do Conselho Monetário Nacional. Le-  
var-se-ão em conta:

§ 1º - As taxas de juros a serem fixadas nas operações com  
os recursos do Tesouro Estadual, serão as atualmente praticadas nos  
níveis de 6%, 9% e 12,5% ao ano, a partir da publicação desta Lei,

§ 2º - Para os fins de apuração do montante a ser renegociado  
incidirão, a partir do vencimento, juros de 1% ao mês, acrescido dos  
índices de atualização e excluindo-se os encargos de mora, multa e ta-  
xa de inadimplência,

§ 3º - Ficam estabelecidos os seguintes prazos:

a) Até 10 (dez) anos com 2 (dois) anos de carência, pa-  
ra mini e pequenos produtores,

b) Nos demais casos, de acordo com a capacidade de pa-  
gamento do produtor, admitindo-se o rebate de 30% (trinta por cento, a  
a título de superávit para preservar a capacidade de produção.

§ 4º - A parcela decorrente do desmembramento verificado no  
mês de abril de 1990 (índice de correção do preço mínimo) nos financia-  
mentos rurais, terá sua exigibilidade suspensa até 15.12.94, mediante  
inserção de cláusula contratual, tempo em que, o Conselho Monetário Na-  
cional baixará normas específicas que versarão sobre o assunto.



ESTADO DA PARAÍBA  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
**CASA DE EPTÁCIO PESSOA**

*Art. 2º - Caberá ao Poder Executivo a regulamentação desta Lei, num prazo de 60 dias.*

*Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.*

*Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.*

*Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 21 de dezembro de 1994.*

  
GILVAN FREIRE  
Presidente



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
CASA DE EPTÁCIO PESSOA

§ 4º A PARCELA DECORRENTE DO DESMEMBRAMENTO VERIFICADO NO MÊS DE ABRIL DE 1990 (ÍNDICE DE CORREÇÃO DO PREÇO MÍNIMO) NOS FINANCIAMENTOS RURAIS, TERÁ SUA EXIGIBILIDADE SUSPensa ATÉ 15.12.94, MEDIANTE INSERÇÃO DE CLAUSULA CONTRATUAL, TEMPO EM QUE, O CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL BAIXARÁ NORMAS ESPECÍFICAS QUE VERSARÃO SOBRE O ASSUNTO.

ALTERAÇÕES PARA A REDAÇÃO FINAL E  
AUTOGRATO DO PROJETO DE LEI Nº 122/94.

§ 1º AS TAXAS DE JUROS A SEREM FIXADAS NAS OPERAÇÕES COM OS RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL, SERÃO AS ATUALMENTE PLASILADAS NOS NÍVEIS DE 6%, 9% e 12.5% AO ANO, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA LEI.

§ 2º PARA OS FINS DE ASSEGURAR O MONTE A SER RENEGOCIADO, INCIDIRÃO, A PARTIR DO VENCIMENTO, JUROS DE 1% AO MÊS, ACRESCIDO DOS ÍNDICES DE ATUALIZAÇÕES E EXCLUINDO-SE OS ENCARGOS DE MORA, MULTA E TAXA DE INADIMPLÊNCIA.

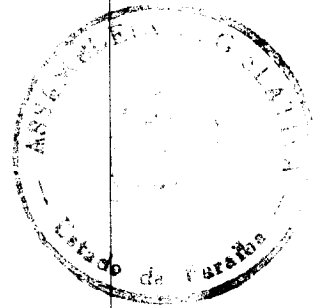
§ 3º - FICAM ESTABELECIDOS OS SEGUINTE PRAZOS:

~~Até 10 anos, em 2~~

a) ATÉ 10 (dez) ANOS, COM 2 (dois) ANOS DE CARÊNCIA, PARA <sup>MINI E</sup> PEQUENOS PRODUTORES.

b) NOS DEMAIS CASOS, DE ACORDO COM A CAPACIDADE DE PAGAMENTO DO PRODUTOR, ADMITINDO-SE O REBATE DE 30% (trinta por cento), A FIM DE SUPERVIVET PARA PRESERVAR A CAPACIDADE DE PRODUTAS.

6461922



ESTADO DA PARAÍBA

# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

CASA DE ÉPÍTÁCIO PESSOA

AO EXPEDIENTE DO DIA

25 de 02 de 1994

Em 24 de 02 de 1994

PROJETO DE LEI Nº 122/94

Presidente

**AUTORIZA O EXECUTIVO ESTADUAL PROCEDER  
RENEGOCIAÇÃO DAS DÍVIDAS DE CRÉDITO RURAL  
ADMINISTRADAS PELO PARAIBAN - BANCO DO  
ESTADO DA PARAÍBA.**

Assessoria ao Plenário  
Constou no Expediente

Em 24/02/94

Antônio Roberto Lemos

Diretor da Ass. ao Plenário

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

artigo 1º - Fica autorizado o Executivo Estadual a proceder renegociação das dívidas de crédito rural, administradas pelo PARAIBAN, vencidas até 31.12.92, com recursos oriundos do Tesouro Estadual enquadradas dentro da exigibilidade do Conselho Monetário Nacional. Levar-se-ão em conta:

§ 1º - A fixação de taxas de juros aos níveis das operações com recursos do Tesouro Estadual, atualmente de 6%, 9% e 12,5% a.a. prevalecerão a partir da publicação desta Lei.

§ 2º - Para fins de apuração do montante a ser renegociado, incidirão, a partir do vencimento, juros de 1% a.m. mais índice de atualização, ficando pois excluídos encargos de mora, multa e taxa de inadimplência, esclarecendo que em se tratando de honorários advocatícios cada parte assume as suas despesas.

§ 3º - Fica estabelecido os seguintes prazos:

a) até 10 anos, com 2 de carência, para mini e pequenos produtores;

b) nos demais casos, de acordo com a capacidade de pagamento admitido o rebate de 30% superávit para preservar a capacidade de produção.

§ 4º - A parcela decorrente descasamento verificado em abril/90 (índice de correção do preço mínimo e o aplicado) nos financiamentos rurais terá sua exigibilidade suspensa até 15.12.94, mediante inserção de cláusula específica no contrato, lapso de tempo em que o Conselho Monetário Nacional baixará normas específicas que versará sobre o assunto.

*Antônio Roberto Lemos*



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
**CASA DE EPITÁCIO PESSOA**



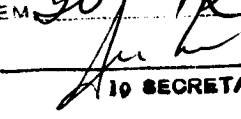
artigo 2º - Caberá ao Poder Executivo a regulamentação desta Lei, num prazo de 60 dias.

artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Assembleia Legislativa, 22 de agosto de 1994.

  
**FRANCISCO DE ASSIS QUINTANS**  
Deputado Estadual - PP

Aprovado em \_\_\_\_\_ Discussão  
EM 20/12/94  
  
1º SECRETARIO



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
**CASA DE EPITÁCIO PESSOA**



**JUSTIFICATIVA**

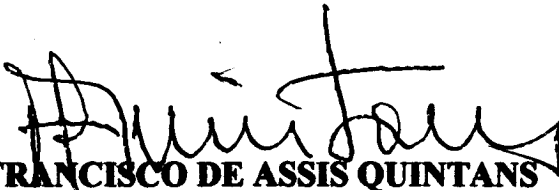
A renegociação das dívidas de crédito rural originalmente vencidas até 31.12.92, independente da origem dos recursos, foram indexadas aos índices da correção monetária, que elevaram-se substancialmente acima dos preços mínimos estabelecido pelo Governo Federal.

Tal medida impossibilitou milhões de agricultores do Brasil e particularmente do Estado da Paraíba de honrar seus compromissos junto aos bancos oficiais de crédito.

Afora que às sucessivas secas ocorridas no Estado, enfraqueceram a economia do setor primário de tal forma, que o agricultor paraibano encontra-se totalmene descapitalizado.

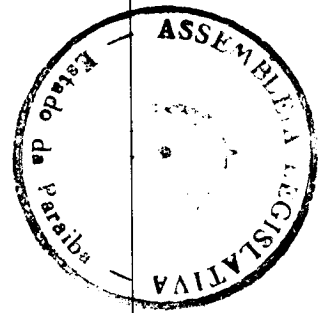
Isto posto, estamos cientes de que o presente Projeto de Lei será aprovado pelos nobres Deputados, afim de que seja levado à sanção do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Paraíba, para daí, se fazer cumprir a Lei.

Plenário da Assembleia Legislativa, 23 de agosto de 1994.

  
**FRANCISCO DE ASSIS QUINTANS**  
Deputado Estadual - PP



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
CASA DE EPITÁCIO PESSOA



Registrado no Livro de Plenário

às Fls. 122 do No 94  
em 31 08 95  
*[Signature]*

Publicado no Diário do Poder

Legislativo de 1 1  
de 12  
de 12

SECRETÁRIO

Remetido à Secretária Legislativa

Em 27 08 95  
*[Signature]*  
Diretor da Ass. do Plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Em 24 08 95  
*[Signature]*  
Secretário Legislativo

*[Handwritten notes and signatures on the right margin]*

Estado da Paraíba  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Casa de Eptácio Pessoa  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 122/94.

AUTORIZA O EXECUTIVO ESTADUAL  
PROCEDER RENEGOCIAÇÃO DAS DÍVIDAS  
DE CRÉDITO RURAL ADMINISTRADAS  
PELO PARAIBAN - BANCO DO ESTADO  
DA PARAÍBA.

AUTOR: DEP. FRANCISCO DE ASSIS QUINTANS  
RELATOR:

P A R E C E R

I - RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, recebe para exame e parecer o Projeto de Lei No. 122/94, da lavra do nobre Dep. Francisco de Assis Quintans, e que objetiva autorizar o Executivo Estadual proceder renegociação das dívidas de crédito rural administradas pelo PARAIBAN - Banco do Estado da Paraíba.

Justificando sua iniciativa, argumenta o ilustre parlamentar que a renegociação das dívidas de crédito rural originalmente vencidas até 31/12/92, independente da origem dos recursos, foram indexadas aos índices da correção monetária, que elevaram-se substancialmente acima dos preços mínimos estabelecido pelo Governo Federal.

O autor prossegue dizendo que tal medida impossibilitou milhões de agricultores do Brasil e particularmente do Estado da Paraíba de honrar seus compromissos junto aos bancos oficiais de crédito.

Concluindo, o nobre deputado, lembra que as sucessivas secas ocorridas no Estado, enfraqueceram a economia do setor primário de tal forma, que o agricultor paraibano encontra-se totalmente descapitalizado.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposta legislativa em análise, recomendada pelo ilustre Dep. Francisco Quintans é digna de nossa admiração, pois é de incontestável importância social.

Bejo Finance Ref. ELANCASO OBRIGADA E GRADE DE BOZAS SAMPLADO.  
Y BOBOZAS TEGEJASLAS EM SUJITAS' LECOMENOSAS

50 LEJGQLIO

LISTA ADMINISTRATIVA DEJO BUREAUX - Banco do Povo de Belgrade.  
EXERCICIO ANUAL: Bloques de trabalho que alguns de credito  
porle deb. Estando de uma forma, e que oprimos aprofundar o  
leitura para exame e avaliar o bloco de lei no. 133/84, de 1984 do  
V. Conselho de Administração, e a decisão.

Б У В Е С Е В

Banco BUBVIRUM - BANCO DO ESTADO  
DE CREDITO HABIT ADMINISTRATIVAS  
PROCEDER RENEGOCIACAO DAS DIASIVS  
VOLUNTARIAS O EXERCICIO ESTADUAL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, TITULOS E REDUÇÃO  
 CANTO DE EMBLEMA BEAUS  
 VEREMBRIV REGISTRAVAV  
 EMBLEMA DE BEAUS

Estado da Paraíba  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
Casa de Epitácio Pessoa  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Destarte, é de toda a oportunidade a edição de um ato normativo que venha possibilitar ao Executivo Estadual renegociar as dívidas de crédito rural administradas pelo Banco do Estado da Paraíba - PARAIBAN.

Nestas circunstancias, opino, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei Nº 122/94, na sua forma original, dado ao interesse que encerra.

É o voto

Sala da Comissão, em            de dezembro de 1994.

  
RELATOR

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação em reunião de hoje datada, adota e recomenda o parecer do Senhor Relator pela aprovação do Projeto de Lei Nº 122/94, na sua forma original.

É o parecer,

Sala da Comissão, em            de dezembro de 1994.

  
ROBSON DUTRA

PRESIDENTE

  
RELATOR

  
MEMBRO

  
MEMBRO

  
MEMBRO

Aprovado o Parecer em  
discussão única.

Em

20 / 12 / 94

  
1. SECRETÁRIO